

Contar Áfricas

1. A exposição “Contar Áfricas” no Padrão dos Descobrimentos – comissariada por António Camões Gouveia e com a colaboração de mais de quatro dezenas de investigadores – tem um claro objectivo político. Explicitá-lo é quase uma banalidade e, no entanto, talvez nunca como hoje se afigure tão necessário não ter medo de assumir a função claramente política que assumem certas investigações e exposições, no seu desejo de romper com uma ordem do conhecimento e dos poderes estabelecidos. É que pelo edifício em que decorre e pelo significado das peças, a exposição subverte de maneira radical qualquer ritual celebratório inscrito no ciclo de celebração dos Descobrimentos. Aliás, a “malícia” de quem organizou ou patrocinou esta iniciativa – para recorrer ao termo do poeta moçambicano José Craveirinha quando relatou o modo de se jogar futebol nos subúrbios da então Lourenço Marques, objecto de um estudo importante de Nuno Domingos – está em ter procurado inscrever a subversão no monumento projectado por Cottinelli Telmo e Leopoldo de Almeida, para a Exposição do Mundo Português de 1940.

Assim e para que não restem dúvidas, o objectivo desta exposição está na expressão de uma malícia subversiva, destinada a romper com um ciclo de comemorações que dura há mais de um século, talvez mesmo há século e meio, e que atravessou vários regimes políticos. Trata-se de um ciclo onde os Descobrimentos, directamente associados aos projectos imperiais ou coloniais, serviram de tema maior das chamadas políticas da identidade nacional. Por isso, ao mesmo tempo que o Visconde de Santarém desenvolvia as suas investigações sobre a cartografia portuguesa, ainda antes da Conferência de Berlim (1884-1885), o império português passou a ocupar um lugar central nos pavilhões das exposições internacionais ou universais. A referida Exposição de 1940, organizada na sequência da Exposição Colonial do Porto de 1934, foi uma manifestação tardia desse ciclo, que deu lugar a novas iniciativas em 1960, na altura das Comemorações Henriquinas, tendo sofrido um novo ímpeto logo após a transição para a Democracia, primeiro com a Europália, depois com a Comissão dos Descobrimentos, para abreviar.

A tão longa duração deste ciclo comemorativo das Descobertas só foi possível devido ao facto de, sobre um fundo de grande continuidade de criação de laços entre essas duas entidades que são a Nação e o Império ou o Ultramar, se terem dado mudanças de linguagem. Em termos muito genéricos, as principais alterações são constituídas pela substituição de visões racistas, que levaram à mobilização de autênticos jardins zoológicos humanos, por outras mais associadas ao elogio da mestiçagem; bem como, no último quartel do século XX, por uma colaboração maciça de académicos, correspondendo a um processo mais geral de monopolização da vida académica pela universidade. De qualquer modo, o mais importante é perceber que este longo ciclo comemorativo esteve associado ao trabalho constante de comissões e instituições, que actuaram como construtoras da memória colectiva e da identidade nacional. Por exemplo, o discurso da Comissão dos Descobrimentos em relação à modernização de Portugal nos séculos XV e XVI, fundada em valores e práticas de racionalidade científica, visava facilitar a integração na Europa.

No interior desse longo ciclo comemorativo, existem duas outras questões que se colocam. A primeira diz respeito ao modo como uma das mais dinâmicas facções de opositores à Primeira República se posicionaram ou, melhor, começaram por posicionar. Refiro-me ao grupo dos integralistas, anti-parlamentares, conservadores e monárquicos, liderados por António Sardinha, Alberto de Monsaraz e Luís de Almeida Braga. Concretamente, no caso de Sardinha, num primeiro momento, há a denúncia dos Descobrimentos e do Império como um “erro funesto” ou um “engano fatal”, a qual permaneceu válida até Agosto de 1918; para, a partir de Agosto de 1920, ter passado a encontrar nas Descobertas e nas até então mal tratadas conquistas da Índia, a “característica

imorredoiira do nosso génio de povo” ou, numa outra formulação, “a desnacionalização de Portugal”; a esta mudança não foi alheia uma reapreciação da tradição à luz dos valores da Civilização católica¹. Nas palavras de Sardinha, que não resisto a citar: “A passo lento, o olvido do nosso *meio vital* estreia-se com a data funesta de Quinhentos e com a porca infeção nigerista por agente fortíssimo dessa falha. Meditemos-lhe bem as consequências e seja o nosso cuidado aprender nos resultados colhidos o perigo que representa para um povo o esquecimento do seu passado e dos seus costumes”². Ou, mais adiante, “do pouco escrupulo em nos aparentarmos com ligações asiáticas e africanas deriva o nosso desfalecimento em linha recta. Não se justifica nem se compreende de outra maneira a dissolução de toda a ideia colectiva”³.

Apesar de ter alterado, e de que maneira, o seu ponto de vista, a visão tradicionalista e racista de Sardinha levou-o a tomar os Descobrimientos como um desvio, de que tinha resultado “a porca infeção nigerista”. Diga-se, aliás, de passagem que, se os integralistas passaram a integrar as Descobertas não como um desvio, mas como um valor da identidade nacional, mantiveram vivo o ódio racista que justificava a degeneração lusitana. As Comemorações no Brasil de 1922 ocuparam, aqui, um papel essencial. No final dos anos 1920 e na década de 1930, alguns dos mais fervorosos adeptos do Estado Novo, Mário de Albuquerque, Manuel Heleno, António Mendes Correia e João de Castro Osório, no seu interesse por temas dos Descobrimientos e do Império, exprimiram os seus receios em relação aos malefícios da presença dos escravos africanos em Portugal, bem como de cruzamentos que conspurcassem a pureza da raça. Em suma, a via foi sinuosa até se chegar á observação clara desse outro integralista de longa vida, José Pequito Rebelo, colaborador desde a primeira hora de *A Monarquia*, jornal começada em 1917, quando escreveu, em 1961, que “a tradição ultramarina insere-se na tradição geral da Monarquia Cristã que através dos tempos assegurou o crescimento da Nação e do Império”⁴

Será escusado procurar resumir de que modo a esquerda republicana, de António Sérgio a Jaime Cortesão e deste a Vitorino Magalhães Godinho, procurou resgatar os Descobrimientos e associá-los ao seu próprio patriotismo emancipado, porque fundado nos valores da igualdade e da liberdade, bem distinto das formas de propaganda nacionalista em que se envolveu o Estado Novo. Num dos seus textos de análise histórica de 1930, Cortesão não deixou de derrapar numa visão bem racista, ao considerar que uma das causas da decadência do Estado da Índia estaria na participação de locais na administração pública. Porém, as duas grandes obras saídas deste grupo – *Os Descobrimientos Portugueses* de Cortesão e *Os Descobrimientos e A Economia Mundial* de Godinho – são talvez o culminar intelectual desse ciclo. O desencadear das sucessivas guerras de independência, que permitiu entrar numa era pós-colonial, deu lugar a novas agendas. Porém, do mesmo modo que Salazar não se quis convencer dos ventos de mudança, envolvendo Portugal numa guerra a que os próprios militares quiseram pôr fim, será agora necessário encerrar um ciclo comemorativo que só alguns, poucos, procuram prolongar.

2. Se o sentido da exposição é, sobretudo, político, o seu significado não se esgota num acto de intervenção ou de comprometimento ideológico. Em cada uma das escolhas, há um propósito sério de investigação, que remete para campos de referência e comunidades de

¹ AbdoolKarim Vakil, “Representations of the ‘Discoveries’ and the Imaginary of the Nation in Portuguese Integralism”, *Portuguese Studies*, vol. 11 (1995), 133-167, *maxime* pp. 149-150, 152.

² A. Sardinha, *O Valor da Raça: Introdução a uma campanha nacional* (Lisboa: Almeida, Miranda & Sousa, Editores, 1915), pp. 108-109.

³ Idem, *idem*, p. 115.

⁴ José Pequito Rebelo, *Tradição e Ultramar (Colectânea e Comentário)* (Lisboa: Tipografia Portuguesa, 1961), p. 9.

leitura muito diversificadas. E, ao pluralizar as suas representações de África – com base num conjunto de objectos e de narrativas, que incluem tanto filmes, como documentos escritos ou referências musicais –, esta mesma exposição foge a um sentido unitário. Tal como se a prática do pós-colonialismo só fosse compatível com as epistemologias do fragmento, escusado será procurar nesta iniciativa um único fio condutor ou mesmo um quadro que tudo englobe. Não foi esse, com certeza, o propósito de quem organizou, tão pouco os colaboradores parecem ter querido corresponder a uma qualquer expectativa de construir uma narrativa de conjunto. Frente a esta dispersão, será possível identificar pelo menos três campos principais em torno dos quais se articulam temas e problemas.

O primeiro desses campos é constituído pelas peças que visam representar a identidade e as dinâmicas africanas. Em casos limites, fala-se de máscaras tribais associadas a totens (Cristina Brito) ou da “autodefinição cultural de uma comunidade” (Ana Martinho). Trata-se de um conjunto significativo que oscila entre uma preocupação em perceber, sobretudo, os processos mais sofisticados de organização e representação dos poderes ou de modernização de estruturas. A percepção das identidades de grupo, comunitárias ou de unidades políticas propriamente africanas, mas sempre plurais, parece depender de uma dupla recusa. Por um lado, existe a recusa clara em encerrar a imagem das culturas africanas numa espécie de primitivismo; por outro lado, insiste-se no facto de os interesses, a racionalidade e as próprias culturas locais serem capazes de criar lógicas de mudança e de elaboração que não só nada tinham que ver com os contactos com os europeus ou com os projectos coloniais por estes desenvolvidos, mas também emparelharam com estes últimos em termos de complexidade. Por exemplo, em relação ao reino do Benim, no século XVI, fala-se das “suas extraordinárias expressões artísticas” (Ângela Barreto Xavier)

O segundo dos campos em causa, porventura aquele que integra um maior conjunto de peças expostas, diz respeito à circulação de formas, objectos, práticas (tais como a da escrita) e modelos. Está directamente relacionado com as oscilações na determinação dos significados, sugeridas pelas teorias da recepção, mas também pelos trabalhos de Claude Lévi-Strauss ou Arjun Appadurai, em torno, respectivamente, da figura do bricoleur e da apropriação indiana do críquete. Embora não seja fácil distinguir padrões de circulação, a partir dos objectos expostos, o certo é que são as figuras que resultam de um esforço de adaptação ou que representam um certo hibridismo que se afiguram dominantes.

Em terceiro e último lugar, mas seguramente em menor número que nos dois campos anteriores, há que contar com os objectos e as histórias relativas a situações coloniais. A escravatura e o tráfico Atlântico assumem, aqui, o papel de actores principais. O processo em causa é o do capitalismo emergente, nos seus modos de exploração do trabalho, e nas suas estruturas de organização da plantação, do posto administrativo e militar ou do trabalho missionário. Claro que em nenhum destes casos se pode falar de um aparato imposto de fora, pelo contrário, existem sinais claros que apontam para uma africanização das instituições europeias. É o que sugere, no século XVII, o recurso aos *libongos* (pequenos panos de fibra de palmeira), provenientes do Loango e utilizados em Luanda para pagamento da infantaria, também chamados “panos de palha” (Arlindo Caldeira).

As divisões entre estes três campos não são estanques. A panaria, bem estudada num estudo pioneiro por António Carreira, no quadro das relações atlânticas em torno do tráfico e do trabalho dos escravos, entre a Costa da Guiné e Cabo Verde, pode ajudar a ilustrar os três campos. Pois tanto pode ser vista como marca de uma identidade africana, como sinal de um objecto em circulação e, ainda, como correspondendo a uma situação colonial de exploração do trabalho. O mesmo se passa com muitos outros dos objectos expostos, a começar pelos usos no Congo de uma Cruz de Cristo, referidos por Alexandra Curvelo. Às articulações entre os três campos, acrescenta-se o facto de, no seu conjunto, as peças e documentos

apresentados cobrirem um longo período, cuja periodização fica por determinar nos seus diferentes ritmos e texturas temporais.

3. São duas as críticas que uma exposição desta natureza – fragmentada nos objectos expostos e intencionalmente orientada para a construção de uma pluralidade de narrativas – suscita. Em primeiro lugar, a dispersão impede visões de conjunto num domínio principal da própria exposição que é o das próprias exposições europeias sobre África. Quando, onde e como é que estas se iniciaram? Qual a relação entre esta e as exposições que a antecederam ou que tiveram lugar em Londres, Nova Iorque e Florença? À escala portuguesa, Alfredo Margarido – a quem esta exposição deveria ser dedicada – foi, talvez, o primeiro que colocou a questão de quão tardia e débil foi, em Portugal, a expressão de um interesse, em termos expositivos e de investigação, pelo primitivismo africano.

Enquanto as vanguardas europeias de Picasso a Modigliani procuraram valorizar as culturas africanas, nomeadamente as suas máscaras e esculturas, o modernismo português só muito tardiamente alinhou pelos mesmos padrões. De facto, só em 1934, Diogo de Macedo e Luís de Montalvor organizaram uma exposição de *Arte Indígena*, com capa à maneira de Picasso de Almada. E, mesmo assim, Macedo – que convivera com Amadeo e Modigliani, em Paris, e fora testemunho das boémias e bacanais de Cité Falguères – não largou as teorias mirabolantes de que os bronzes do Benim só poderiam ser possíveis no quadro de uma cultura colonial portuguesa, no quadro da qual as relações luso-indianas, favoreceram a instalação no Benim de artífices do ferro... indianos. Porquê? Precisamente, devido ao atraso com que ele classificava a cultura africana, incapaz de dispor de artesãos capazes de trabalhar o metal com uma tal qualidade estética.

De qualquer modo, o processo português de percepção do denominado primitivismo português é uma construção tardia e pejada de preconceitos racistas. Resta saber como é que ele decorreu, conforme estudou Nuno Porto em relação ao Museu da Diamang ou do Dundo, num dos estudos de caso mais pioneiro e profundo da ideologia colonial do Estado Novo. É que sem estudos desta natureza sobre objectos que proporcionaram reapropriações em tempos pós-coloniais, será difícil pensar numa política de restituições, conforme sugeriu recentemente António Pinto Ribeiro.

Uma segunda e última crítica a esta exposição retoma a referida tipologia dos campos de temas e problemas. Ela é mais difícil de enunciar, pois requer um nível de leaboração mais elevado e uma ainda maior capacidade de submetermos os nossos programas de investigação a uma interrogação reflexiva e a uma vigilância epistemológica, que não se compadece com a aplicação de modelos. Parece que há uma escala que vai da intenção de encontrar uma identidade africana própria, às operações de apropriação, de miscigenação e de hibridismo, para finalmente terminar no estudo das situações coloniais, onde aparelhos de diferente natureza – do administração estatal à companhia, da plantação à exploração mineira – exercem formas de controlo e de exploração do topo para a base. Estes três graus – da autonomia identitária, do hibridismo e da malha autoritária de controlo – correspondem bem a três tipos de preocupações ideológicas desenvolvidas em tempos coloniais.

Trata-se de uma escala que, em última análise, fica reduzida a uma relação antinómica entre colonizadores e colonizados, entre controlo e resistência. Por outras palavras, esta é uma exposição atravessada por uma tensão dualista entre colonizador e colonizado, protagonistas de uma violência imposta e da resistência. Tudo antinomias que estiveram na base das construções ideológicas e de políticas coloniais, que agora ressurgem sob a forma de instrumentos analíticos de investigação. Como será possível ultrapassar tais antinomias que construídas em âmbito colonial se repetem como se pudessem ser categorias analíticas? Talvez através de um trabalho mais sistemático, que se encontra por fazer, em torno do arquivo colonial. A questão da qualidade das fontes, tal como a dos objectos singulares aqui

apresentados para contar Áfricas diferentes, será doravante uma questão central que irge tratar com rigor e seriedade.